

## Onyx: “1º de dezembro é o prazo máximo para a instalação da CPMI do MST”



O vice-líder do Democratas na Câmara, Onyx Lorenzoni (RS), informou à Agência Liderança que o prazo final da oposição para a instalação da Comissão Mista Parlamentar de Inquérito (CPMI) do MST é o dia 1º de dezembro. A comissão deve investigar os possíveis desvios de repasses de recursos públicos, feitos pelo governo federal, ao movimento. “Nossa conversa é para que haja um entendimento entre governo e oposição e que a comissão seja, enfim, instalada na terça-feira, dia primeiro”, ressaltou Onyx. Segundo o deputado, com a instalação da CPMI ainda em dezembro, haverá tempo viável para que os

trabalhos sejam eficientes e que a investigação traga bons resultados. Caso o acordo se confirme, as atividades do colegiado devem ter início em abril de 2010, informou o democrata. Para o parlamentar, o período eleitoral, que inicia no próximo dia 30 de junho, não vai atrapalhar as investigações. “Temos tempo suficiente para investigar tudo o que propomos no requerimento, com a imparcialidade necessária. As questões políticas serão resolvidas depois, no período eleitoral”, completou Lorenzoni.

O comando da CPMI deve ser compartilhado entre a base governista e a oposição. A presidência deve ficar com o PMDB do Senado, a vice-presidência com oposição na Câmara. Essa cadeira deve ser ocupada pelo próprio Onyx. Já a relatoria deve ser destinada a um integrante do PT da Câmara, possivelmente Jilmar Tatto (SP). “O campo precisa de paz e a CPMI deve revisar irregularidades verificadas em convênios e contratos firmados entre a União e organizações de reforma e desenvolvimento agrários. Nosso objetivo é investigar o financiamento clandestino, evasão de recursos para invasão de terras, analisar e diagnosticar a estrutura fundiária agrária brasileira e, em especial, a promoção e execução da reforma agrária”, concluiu Lorenzoni.

## Pelos aposentados, Democratas mantém obstrução

O líder do Democratas na Câmara, Ronaldo Caiado (GO), anunciou nessa terça-feira (24) que o Partido vai seguir com a obstrução no plenário da Casa. A declaração foi feita após reunião de líderes em que integrantes do governo se posicionaram contra a votação do projeto que concede às aposentadorias o mesmo reajuste do salário mínimo. Outro fator que também é motivo da obstrução, é a não indicação, por parte da base governista, dos nomes para a CPMI do MST. A obstrução, no entanto, não se estende às comissões permanentes.

“Enquanto o governo não deixar votar o aumento para os aposentados e evitar a instalação da CPMI vamos continuar em obstrução. O pré-sal é algo para o futuro. O presente quem sofre são os aposentados e quem vive e trabalha no campo sob constante ameaça”, ressaltou Caiado.

Um dos reflexos da obstrução é o adiamento da

votação do projeto que estabelece o sistema de partilha do pré-sal. A matéria também causa grande polêmica entre os parlamentares. “Temos que sensibilizar os demais estados porque nessa questão não existe apenas interesse de A ou B, mas de todos os estados”, ressaltou Osório Adriano (Democratas-DF). “Essa é uma discussão que não tem fim, mas defendo que o principal foco do debate deve ficar nos recursos que ficarão com União e não na disputa entre estados produtores e não produtores”, acrescentou Guilherme Campos (Democratas-SP).

De acordo com o texto atual, 25% dos royalties deverão ficar com os estados produtores, 6% com os municípios produtores e 3% com os municípios afetados por operações de embarque e desembarque de petróleo e gás natural. Em contrapartida, todos estados e municípios deverão ficar com 44% dos royalties.



## Prado defende participação dos vereadores na definição das tarifas de transporte

A Comissão de Constituição e Justiça deu início nessa terça-feira (24) à votação da polêmica Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 326/09. A matéria dá às Câmaras de Vereadores a possibilidade de participar da elaboração da política tarifária do transporte coletivo urbano. Atualmente, essa prerrogativa está restrita ao Poder Executivo. Apesar de a PEC ter recebido parecer contrário, o deputado Mendonça Prado (Democratas-SE) defende a aprovação da matéria. “Esse debate não pode se restringir a um corpo técnico do Executivo porque na municipalidade quem representa os interesses dos cidadãos são os vereadores”, defendeu. “A PEC não fere, em hipótese alguma, o pacto federativo. Agora, o Executivo vai apenas encaminhar para apreciação do legislativo. Nada mais democrático”, acrescentou o parlamentar. A discussão da proposta foi interrompida após pedido de verificação de quorum por parte do parlamentar. O projeto volta a ser debatido na próxima terça-feira (1º).

## Solange Amaral cobra explicações sobre apagão no Rio de Janeiro

Integrante da bancada do Rio de Janeiro, a deputada Solange Amaral (Democratas) criticou a concessionária *Light* pelo apagão que teve início nessa segunda-feira (23) na região. “Em vez de conseguir fazer o que é da sua obrigação, a *Light* desculpa-se explicando que é um cabo, que é outro cabo. Na verdade, o que há é falta de investimento. Neste momento, um milhão de cariocas, moradores de Copacabana, Ipanema, Leblon, uma parte enorme da nossa cidade, continua no apagão. Isso é lamentável. E queremos pedir providências à *Light*, responsável por essa situação”, disparou a democrata. Nessa terça-feira (24), a empresa divulgou nota informando que o fornecimento de energia foi restabelecido no Leblon, Ipanema e Lagoa, na Zona Sul do Rio. Apesar da normalidade das atividades nessa região, até o meio da tarde de ontem, a concessionária não tinha previsão do retorno da energia nas demais localidades do Rio e da Baixada.

## PL de Junqueira torna obrigatória divulgação dos malefícios das drogas

O deputado Márcio Junqueira (Democratas-RR) apresentou, à Mesa da Câmara, Projeto de Lei (PL) 6419/09 que torna obrigatória a divulgação de informações sobre os malefícios causados pelo uso de drogas. “Nossas políticas públicas sobre drogas são sem dúvida eficientes na geração de megaestruturas burocráticas. Mas são extremamente falhas naquilo que é o mais importante em qualquer política pública de combate ao consumo de entorpecentes: levar aos jovens informações claras e precisas”, ressaltou Junqueira.

### Expediente:

Líder: Ronaldo Caiado (GO)

Assessoria de Comunicação: Shirley Loiola, Roberto Tenório, Deysi Ciocari, Erich Decat e Tony Carlo

Telefones: (61)3215-9272/ 59261

E-mail: imprensa.dem@camara.gov.br

End.: Câmara dos Deputados, Ed. Principal, 1º piso, Sala 16, CEP: 70160-900

NOTAS  
**Dem**

### Do alto da tribuna:

**Alceni Guerra (PR)** “É fundamental desenvolver nas escolas, ações de resgate de valores de cidadania, tolerância, respeito mútuo entre alunos e docentes, ou seja, transformar a escola num espaço de proteção, assim como fiz à época que fui prefeito de Pato Branco/PR. Quando instituí o Programa de Educação Integral, foi possível notar a união e a maior solidariedade entre pais, alunos e professores, resultando uma verdadeira família. Com toda a certeza, se a escola formar indivíduos melhores, teremos políticos melhores, empresários melhores e cidadãos melhores”.

**José Maia Filho (PI)** “Indução que houve traição do presidente e do governador do Rio e do Espírito Santo. O que há é um relatório injusto aos demais estados. Pedimos um acordo que ainda é pouco e longe de ser justo. Justo seria que a distribuição de royalties fosse feita por critérios de FPM. Os estados produtores ficam 25% e os outros estados com 22%. Destacamos uma emenda que quer que 28% já licitados sejam distribuídos com critério do relatório. Não há traição, há uma justiça sendo feita”.